

Agravos físicos e sociais em policiais militares: relações com a organização do trabalho

Autoria

LEONARDO BORGES FERREIRA - tutant09@yahoo.com.br

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações/UnB - Universidade de Brasília

Estudos policiais e criminológicos/Insituto Superior de Ciências Policiais

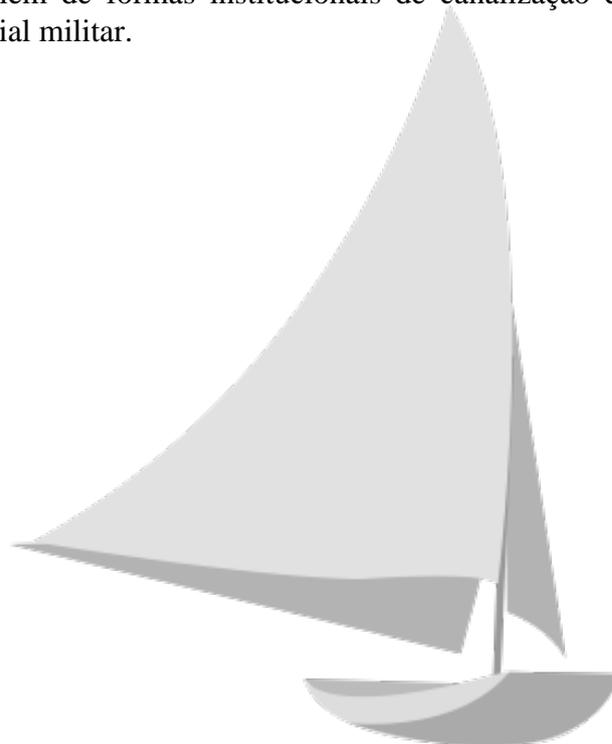
Cledinaldo Aparecido Dias - cledinaldodias@yahoo.com.br

Prog de Pós-Grad em Admin – PPGA/UnB - Universidade de Brasília

Marcus Vinicius S. Siqueira - marc-vs@uol.com.br

Resumo

Este estudo teve como objetivo identificar, à luz da Psicodinâmica do Trabalho, os agravos físicos e sociais em policiais militares e suas relações com a organização do trabalho na Polícia Militar do Distrito Federal. De natureza qualitativa, o estudo utilizou-se de pesquisa documental e entrevistas tratadas por meio da análise de conteúdo. Observou-se que a organização do trabalho pode ser responsável por doenças como a sinusite, distúrbios de coluna, alcoolismo, distúrbios do sono e fadiga. Os agravos sociais incluem a frustração pela falta de reconhecimento e a culpabilização pela incapacidade de cumprir as demandas institucionais, sociais e familiares ao mesmo tempo, especialmente entre as mulheres. O estudo contribui para compreender que as dinâmicas que se desenvolvem no trabalho policial militar devem ser alvos de medidas organizacionais, que permitam traçar estratégias gerenciais de prevenção ao adoecimento, além de formas institucionais de canalização e tratamento dos ônus ligados à profissão policial militar.





Agravos físicos e sociais em policiais militares: relações com a organização do trabalho

Resumo

Este estudo teve como objetivo identificar, à luz da Psicodinâmica do Trabalho, os agravos físicos e sociais em policiais militares e suas relações com a organização do trabalho na Polícia Militar do Distrito Federal. De natureza qualitativa, o estudo utilizou-se de pesquisa documental e entrevistas tratadas por meio da análise de conteúdo. Observou-se que a organização do trabalho pode ser responsável por doenças como a sinusite, distúrbios de coluna, alcoolismo, distúrbios do sono e fadiga. Os agravos sociais incluem a frustração pela falta de reconhecimento e a culpabilização pela incapacidade de cumprir as demandas institucionais, sociais e familiares ao mesmo tempo, especialmente entre as mulheres. O estudo contribui para compreender que as dinâmicas que se desenvolvem no trabalho policial militar devem ser alvos de medidas organizacionais, que permitam traçar estratégias gerenciais de prevenção ao adoecimento, além de formas institucionais de canalização e tratamento dos ônus ligados à profissão policial militar.

Palavras-chaves: Organização do trabalho. Polícia Militar. Agravos físicos e sociais.

Introdução

Estudos relacionados à organização do trabalho e suas implicações nas condições biopsicossociais dos trabalhadores revelam uma diversidade de aspectos que incorporam e compõem as organizações. Nas últimas décadas pesquisadores como Dejours e Duarte (2018), Gaulejac (2007, 2017), Mendes (2007) e Salimon e Siqueira (2013), debruçaram seus esforços em discutir como as organizações utilizam formas de dominação e controle cada vez mais sutis, que atuam ocultamente para produzir e moldar subjetividades, arrastando os sujeitos a servirem cegamente à organização. Vistos como engrenagens de sistemas gerencialistas e confrontados por uma cultura de alto desempenho, os trabalhadores são obrigados a se entregar física e psicologicamente às ilimitadas exigências de performance e produtividade. Nesta relação, a condição humana é “coisificada” perante o trabalho e, como meras peças úteis, os indivíduos são tratados como descartáveis e substituíveis, de acordo com a necessidade utilitária da organização. De acordo com Gaulejac (2017), não atender às demandas organizacionais torna-se sinônimo de fracasso, fruto da inadequação e incapacidade mental ou psicológica do sujeito, tornando os trabalhadores os únicos responsáveis por distúrbios de saúde gerados pelas ferramentas, modelos e práticas gerenciais da hipermodernidade.

No contexto das instituições militares os pressupostos da eficiência produtiva e os princípios da moderna administração vão sendo aplicados ao trabalho do policial (BATITUCCI, 2011), seja nas avaliações de desempenho dos militares, nos indicadores estatísticos de criminalidade, no número de armas apreendidas, no volume de veículos recuperados, na quantidade de drogas apreendidas, entre outros mecanismos de avaliação e controle que permitam a mensuração da eficiência e produtividade dos policiais.

Castro e Cruz (2015), Cummins e King (2015) e Chopko, Palmieri e Facemire (2014) descrevem que o trabalho policial lida diretamente com o sofrimento humano e com um elevado grau de tensão, estresse, esforço físico e equilíbrio mental, levando os trabalhadores ao abuso de substâncias tóxicas, problemas familiares, depressão, suicídio e outros problemas de saúde resultantes das condições aversivas do trabalho policial.



Ao contrapor a natureza do trabalho militar à lógica produtivista que paira sobre as mais diferentes instituições, há de se questionar: que agravos físicos e sociais podem advir da organização do trabalho militar em policiais da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF)? Partindo dessa problemática este estudo busca, à luz da Psicodinâmica do Trabalho, identificar agravos físicos e sociais da organização do trabalho da Polícia Militar do Distrito Federal em policiais integrantes dessa corporação.

2 Revisitando a Psicodinâmica do Trabalho e a Organização do Trabalho Policial Militar

Os estudos de Dejours (1992) sobre a PDT espreitam um novo olhar para a compreensão das relações entre trabalho e saúde do trabalhador, contemplando elementos da subjetividade, do reconhecimento, do sofrimento e das estratégias defensivas para lidar com o trabalho. Na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho, a saúde não implica em ausência de sofrimento e de dor, mas em ter condições e instrumentos para interferir no que os causa. Para Machado e Macêdo (2016) além de evidenciar a relação entre o trabalho e os processos de subjetivação, a PDT está centrada na etiologia do sofrimento e das patologias, bem como do prazer e da saúde em relação ao trabalho. A PDT se volta para as inter-relações entre a organização do trabalho e os processos que se manifestam nos indivíduos, por meio da atribuição de sentidos ao trabalho, seja de maneira individual ou coletiva (ANJOS, 2013).

Anjos (2013) define a organização do trabalho como as formas de se balizar e estabelecer os esforços produtivos, onde irão ocorrer o planejamento das tarefas, a divisão do trabalho, os parâmetros de execução, controle do tempo. Como apontado por Faria, Leite e Silva (2017, p. 845) como mediadora do processo saúde e doença no trabalho, a organização do trabalho "possibilita evidenciar condições que expressam fonte de sofrimento e que ainda não se constituem um quadro patológico". Tal fato implica a necessidade de essencial vigilância nos aspectos que perfazem essa mediação.

Ao alisar a organização do trabalho, sob as lentes da PDT, deve-se considerar o trabalho prescrito e o real, ou seja, aquele que é previamente estabelecido e aquele que é de fato realizado. As incongruências entre eles denotam pressões que comprometem o equilíbrio psíquico e social dos trabalhadores. Mendes (2007) discorrem que a forma como o trabalho se mostra organizado resulta também das intersubjetividades e vínculos entre os trabalhadores e a organização. A autora atenta ainda que essas vinculações atribuem sentido na relação entre o trabalhador e sua realidade de trabalho, pelo seu modo de pensar, sentir e interagir, evidenciando que essa dinâmica tem forte associação com as formas de organização do trabalho, podendo acarretar patologias psíquicas, fisiológicas e sociais.

Ao tratar a dinâmica do reconhecimento no contexto da PDT, Ferreira, Macêdo e Martins (2015) descrevem que a sublimação é uma das formas pela qual o sujeito busca perceber, em outras pessoas, o reconhecimento social do seu trabalho, situação na qual ele desloca de si para outros a significação e importância do seu trabalho, atribuindo-lhe caráter de validação. Sendo assim, é o trabalho e sua organização que intermedeiam a subjetividade dos indivíduos e a sua realidade social e política, o que permite identificar que não há neutralidade no trabalho: ou ele gera saúde ou gera adoecimento. Mendes (2007) apregoa que é indispensável entender o trabalho concreto, a centralidade e os sentidos atribuídos a ele pelos trabalhadores, pois é da confrontação entre a organização do trabalho, o sofrimento, a resistência e o enfrentamento que surgirá o prazer, a sanidade e o equilíbrio. Contudo, deve-se ter em mente, que a PDT não busca a eliminação do sofrimento, mas sua transformação em benefício para saúde do trabalhador.



Vistas essas considerações e atentos à organização do trabalho, bem como o lócus de atuação do policial militar, não é difícil perceber que se trata de uma categoria profissional que exhibe processos de subjetivação que, estudados por meio da PDT, revelam sentidos e implicações físicas e sociais que marcam a relação do policial com a sua realidade de trabalho.

As organizações policiais são instituições que exercem poder e controle sobre seus trabalhadores dentro e fora das suas estruturas. O policial é formado sob a égide da hierarquia, disciplina e intensa obediência às normas. A autonomia é suprimida para atender ao desenho de atuação institucional, ante o cenário de enfrentamento para a promoção da segurança pública. A busca da padronização das ações e a limitação da autonomia diante de situações de rupturas da normalidade são exaustivamente enfocadas nos treinamentos, que pautam pelo condicionamento mecanicista do comportamento dos policiais (LIMA, 2002). Atenta-se ainda que a organização do trabalho militar é marcada pela dissonância entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Por um lado, a organização policial exerce forte controle socioafetivo sobre seus agentes, utilizando-se de sistemas controladores, hierárquicos, burocráticos e com distintas prescrições de condutas. Por outro lado, a atuação dos policiais exige discernimento, criatividade, percepção situacional, autonomia e tomada de decisão rápida para resolução de diversas situações de ruptura da normalidade. Como afirmam Cunha e Ghizoni (2018) essa dissonância leva o sujeito a vivenciar o sofrimento, exigindo dele cada vez maior comprometimento e performance no exercício das suas funções.

A organização e as condições do trabalho policial são apontadas por Sartori (2006) como fontes de sérios problemas. O autor descreve que esses profissionais pertencem a um grupo de risco altamente suscetível a problemas decorrentes do trabalho, em razão de condições que os levam à exaustão emocional, à despersonalização e à frustração. Também Souza e Minayo (2013) apontam que as condições precárias de trabalho (relacionados a equipamentos defasados, falta de recursos financeiros, salários desproporcionais e falta de capacitação profissional); o nível de exigências e o ambiente de violência que atuam são fatores que acarretam desgaste físico e extremo sofrimento psíquico aos policiais militares, com a recorrência de casos de depressão, alcoolismo e suicídio (CHOPKO; PALMIERI; FACEMIRE, 2014; SANTA CATARINA, 2010). No contexto do trabalho policial feminino, estudos de Bezerra, Minayo e Constantino (2013) constataram que a organização do trabalho militar, em conjunto com a percepção de discriminação de gênero e assédio são os fatores que mais impactam no mal-estar e no sofrimento psíquico das policiais femininas que desempenham funções de chefia.

No que tange os aspectos sociais e psicoafetivos, Silva (2009) descreve que o trabalho da polícia enquanto organização estatal, que detém o uso exclusivo da força, é dualístico. Ao mesmo tempo que o policial se insere na sociedade como cidadão, faz-se necessário que eles se enxerguem fora dela, no intuito de regular e velar pelas relações dos demais indivíduos. Decorre dessa dualidade um fenômeno que atribui aos policiais um posicionamento paradoxal, onde ora se vêem como membros comuns da sociedade, ora como agentes de regulação da ordem social. Dessa relação, o policial acaba ocupando um “não-lugar” ao representar o poder público de vigilância e regulação da sociedade em caráter ininterrupto e, ao mesmo tempo, estar inserido nesse coletivo. Da mesma forma, Spode e Merlo (2007, p. 362) constataram que grande parte das vivências de sofrimento de policiais é decorrente dos mecanismos de controle, característicos da organização do trabalho militar, que mantêm pressões constantes e balizam as condutas pessoais dos policiais por meio do “alto rigor prescritivo e alicerçado em um sistema de disciplina e vigilância também permanentes.”



3 Percurso Metodológico

Este estudo caracteriza-se como de natureza qualitativa, pois permite a investigação da organização do trabalho policial em uma diversidade de aspectos que perfazem o processo de interação social, bem como o significado das experiências vividas e o imaginário dos seus participantes (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017) permite investigar fenômenos sociais em uma diversidade de aspectos que perfazem o processo de interação social, o significado das experiências vividas e o imaginário dos participantes do estudo.

A operacionalização da coleta de dados deu-se por meio de aplicação de entrevistas, fundamentando-se nas acepções da Psicodinâmica do Trabalho, que preconiza que a voz do sujeito, suas falas e vivências podem revelar achados impossíveis de serem abstraídos por meio de outras técnicas convencionais (MENDES, 2007). Uma pesquisa documental, associada a uma revisão de literatura, permitiu a elaboração do roteiro de entrevista, que foram realizadas individualmente com treze policiais, inativos da reserva remunerada da PMDF. Os participantes, 9 homens e 4 mulheres, tinham média de 50 anos de idade e 29 anos de serviços prestados na corporação. A escolha por este grupo de profissionais justifica-se pela longa trajetória na carreira militar, presumindo maior experiência e mais conhecimento sobre a profissão e a organização do trabalho.

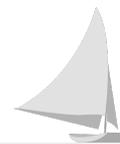
Após transcrição das entrevistas o *corpus* textual foi submetido a leitura exploratória, seguido da organização, sistematização e categorização dos dados, analisados segundo os procedimentos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), permitindo produzir inferências fundamentadas no referencial teórico e nas proposições da Psicodinâmica do Trabalho. As entrevistas foram analisadas observando as categorias temáticas definidas *a priori*, quais sejam: organização do trabalho policial, agravos físicos e sociais relacionados à organização e natureza do trabalho policial militar. Para descrição dos resultados optou-se por nomear os entrevistados em E1, E2, E3, E4, até E13.

4 A Organização do trabalho militar na PMDF

No contexto do trabalho policial estudado, os entrevistados descrevem uma variedade de elementos da organização do trabalho que propiciam um contínuo processo de sofrimento, fragilização e comprometimento da sua saúde física e psicológica. Dessa forma, a compreensão dos fatores que permeiam a organização do trabalho policial torna-se crucial para a apuração dos seus impactos na vida desses profissionais. Os resultados auferidos esboçam um cenário de patente exigência.

A carga horária e as escalas de trabalho apresentam-se como fatores expressivos de sofrimento e insatisfação com o trabalho executado. Verbalizações como: "Por muitos e muitos anos era uma escala muito pesada, a gente trabalhava noite sim, noite não" (E12) e "a escala era doze por trinta e seis, aí quando chegava no final de semana que você estava folgando trocavam e, ao invés de você folgar normal, você trabalhava sete, oito dias" (E8), expressam o quanto o policial se sente afetado pela organização do trabalho. Como identificado por Barcellos (1999), o fato de estarem engajados vinte e quatro horas por dia com a identidade social de policiais, somado à rigidez da instituição policial militar, constitui, por si só, fonte de sofrimento mental que extrapola os limites do ambiente do trabalho e alcança o próprio universo de existência do sujeito.

Em consonância aos estudos de Silva e Vieira (2008) e Souza e Minayo (2013) a organização do trabalho policial na corporação estudada também é marcada por limitações quanto as condições de trabalho, estrutura organizacional, conteúdo de tarefas e remuneração. Excertos de falas explicitam situações dessa natureza e evidenciam as circunstâncias pelas



quais os policiais se vêem comprometidos por elas. Entre as verbalizações E7 menciona que "se você for analisar, eles [superiores hierárquicos] não fazem mais nada do que a sua classe, entende? Você é policial militar, mas é desproporcional o salário, os aumentos. Então, isso aí afeta muito o policial". Da mesma forma E8 argumenta sobre a precariedade dos equipamentos e a exposição ao risco advindo dessa situação.

"Eu acho que até hoje os equipamentos são o maior problema, tanto viaturas, armas... o trinta e oito [revólver] tínhamos que fazer limpeza... quantas vezes a bala mastigava [falhava no disparo] e a gente ia falar isso daí com o responsável da reserva e não tinha bala para repor. E a gente andava com aquela munição, sabendo que ela estava falha. Eu cansei de ir para a rua desse jeito."(E8)

Ao ponderar as proposições da psicodinâmica considerando os conceitos de trabalho prescrito e real, verifica-se que o distanciamento dessas operações, no âmbito da organização do trabalho militar, é responsável pelo engajamento afetivo-emocional positivo ou negativo do policial em sua relação com o trabalho. Apesar da instituição militar encontrar-se eminentemente pautada em princípios e fundamentações burocráticas, instruções, treinamentos e formações, o prescrito do trabalho sempre é atravessado pelo real da execução, afetando de alguma forma o trabalhador, como mencionadas em expressões do tipo: "O planejamento de um policiamento é uma coisa, papel aceita tudo, mas a realidade é totalmente diferente. (E2)" ou "Porque, a Academia, as escolas, são só teoria. O que vai te ensinar é a rua! Tem uma coisa chamada tino policial: aquele faro, o olhar biônico" (E11).

Outro elemento que marca as falas dos entrevistados no que se refere à organização do trabalho é a impotência frente a hierarquia militar. No exercício da profissão a obediência e responsabilidade pela patente ressoam como mecanismo de subserviência à instituição, apresentando-se como fator essencial para o bom desempenho, melhor qualificação e recurso de reconhecimento e valorização do profissional. No entanto, tal fato gera um tipo de indignação silenciosa, uma frustração sempre resignada pela força do poder, controle e comando hierárquico, como verbalizado em: "O comandante era o seu dono, ele falava: 'Olha, tem reunião agora!' [eu respondia]: 'Não! Eu estou de folga.', [ele dizia]: Não interessa! Eu quero você aqui às catorze horas." (E11). É factível acreditar que, em decorrência da hierarquia militar, os policiais mais próximos do topo da cadeia de comando, enquanto transmissores intermediários de diretrizes para os escalões subordinados, também estejam submetidos a pressões hierárquicas.

Ocupar-se da observação da organização do trabalho policial implica na busca do desenvolvimento de ações que permitam a diminuição do sofrimento do trabalhador e das possibilidades de agravamentos das suas patologias. Como afirmam Bagès e Dejours (2010) existe formas de organização que são capazes de fragilizar os indivíduos e favorecer descompensações. Segundo a PDT diagnosticar a mobilização e engajamentos que a organização exige de seus membros é crucial na apreciação do trabalho, uma vez que nem todos os sujeitos assimilam as práticas institucionais, podendo favorecer a falência no enfrentamento, o sofrimento e o "desenvolvimento de patologias sociais como a perversão, violência e servidão" (MENDES, 2007, p. 31).

Percebe-se, no caso da PMDF, que as limitações das condições físicas de trabalho, associadas à contínua exposição ao risco e às violências, a exacerbação das pressões impostas pelo rigor do modelo hierárquico adotado e pela culpabilização, funcionam como fatores para subjetivação dos policiais militares e potenciais desencadeadores de sofrimentos físicos e psíquicos advindos do trabalho (SILVA; VIEIRA, 2008, SOUZA; MINAYO, 2013).



5 Agravos físicos e sociais da organização do trabalho Militar

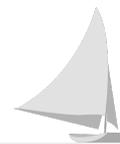
Como observado nos aspectos que perfazem a organização do trabalho militar observa-se que a profissão policial é carregada de tarefas não prescritas e de condições precárias de trabalho. Os esforços despendidos para o cumprimento das atividades exigem o desenvolvimento de habilidades que permitam pensar e agir com rapidez, preservando a ordem social e antevendo ameaças e riscos à sua própria integridade. Essa mobilização gera tensões e conflitos que comprometem as dimensões físicas, psíquicas e sociais dos sujeitos envolvidos.

No estudo realizado junto a PMDF a sobrecarga de trabalho e o trabalho noturno apresentaram-se como principais fontes de agravos físicos tais como problemas de coluna, insônia, sinusite e um caso de câncer na tireoide. Em estudo com policiais americanos, Vila (2006) comenta que esses profissionais costumam estar excessivamente fatigados por causa das longas e erráticas horas de trabalho, trabalho por turnos e sono insuficiente. Assim, esses fatores provavelmente contribuem para níveis elevados de morbidade e mortalidade, transtornos psicológicos e disfunção familiar, além de poder gerar custos sociais e econômicos inesperados.

Os agravos da sobrecarga de trabalho podem ser responsáveis pelo cansaço e fadiga apresentado pelo entrevistado E3, quando menciona que “Às vezes você queria fazer uma coisa, mas não dava conta porque o corpo já estava tão sobrecarregado de escalas, essas Esplanadas [Esplanada dos Ministérios] da vida”. O estudo de Elliott e Lau (2016) identifica que policiais exibem uma maior prevalência de fadiga, o que pode predispor a uma maior frequência de acidentes e lesões no local de trabalho. Santa Catarina (2010) também identifica que o excesso de carga horária, acompanhado da respectiva privação de descanso suficiente para a recuperação orgânica dos policiais, descamba em sérios problemas sistematicamente desencadeadores de atitudes compensatórias prejudiciais à saúde.

O excesso de trabalho advindo das jornadas e escalas extensivas também podem justificar o problema de coluna mencionado por E12: “Mas um dos problemas que eu adquiri, também, foi a questão do problema de coluna, né? [...] principalmente depois que eu trabalhei uns três meses numa Toyota na zona rural.” O estudo de Brito e Daronco (2018) sobre a capacidade de trabalho de policiais militares de Santa Maria (RS) parece explicar o desencadeamento de agravos dessa natureza, mencionando que uma má postura, originada do uso inadequado das capacidades corporais, acabam por interferir no bem-estar físico e no maior gasto energético do organismo do indivíduo.

Quanto ao trabalho noturno as atribuições dos entrevistados se voltam para a sinusite e para problemas relacionados à insônia e distúrbios do sono. O quadro de sinusite foi apresentado por E12 que menciona: “Em virtude do serviço, eu adquiri uma sinusite crônica, né? Trabalhei anos a fio à noite, e eu gostava de trabalhar à noite mesmo. Era uma sobrecarga muito grande de trabalho”. Quanto aos problemas de sono E7 comenta: “A gente trabalha muito tempo à noite, então, você fica com aquela insônia, e isso afeta aqui fora, ainda não consegui conciliar o momento que você vai dormir”. Observando as relações e condições de trabalho do policial é possível que o fato de se manter continuamente em alerta e em privação do sono por muito tempo, venha a comprometer, além da saúde física, o comportamento psicológico e social dos sujeitos. Rajaratnam et al (2011) observaram que os distúrbios de sono geralmente permanecem não diagnosticados e, se não tratados entre policiais, podem afetar adversamente sua saúde e segurança, representando um risco para o público. Os resultados da pesquisa desses autores com policiais dos Estados Unidos e Canadá



identificaram que a presença de distúrbio do sono estava associada à depressão, burnout ocupacional e outros desfechos adversos.

O uso de álcool e outras drogas também aparece como agravamento aos policiais entrevistados sendo responsável não apenas por danos à saúde física, mas desencadeando problemas de natureza social e psicológica, como mencionado por E12: "Nunca separei, mas eu tive muito conflito no meu casamento, e isso [o alcoolismo] colaborou. E às vezes eu chegava na unidade, demonstrava uma alegria com as pessoas e, por dentro, eu estava despedaçado." O interlocutor complementa que o alcoolismo não era um problema exclusivamente seu mas "Eu vi muitos companheiros, excelentes policiais, com o tempo desenvolverem dependências químicas do álcool, e até de outras substâncias, e aquela dignidade da pessoa humana ser retirada, sabe?"

Ao considerar a dimensão social do trabalho e sua finalidade de produzir algo exterior à pessoa que o executa (NEFFA, 2015), verifica-se que a organização do trabalho militar parece comprometer a satisfação das necessidades sociais dos policiais especialmente no que tange às relações familiares, o convívio e o reconhecimento social (CASTRO; CRUZ, 2015, CUMMINS e KING, 2015). Em consonância a estes estudos, a expressão de E12 descreve um episódio de lamento por recordar uma situação dolorosa de afastamento da família por causa do trabalho.

"Eu recorro uma vez, uma passagem de ano, eu estava de serviço e a gente vendo as pessoas comemorando ali e tal, e naquele dia... (pausa longa, suspiro profundo). Eu estava com a filha de dois meses de nascida, a minha esposa não estava bem, estava um pouco febril, e eu tinha que trabalhar, né?"

Episódios dessa natureza apresentam-se comuns nas falas dos entrevistados, que se mostram marcados por uma contínua ausência junto à família, "uma privação enorme do convívio no seio familiar" (E12), fomentando um processo de culpabilização que pode ser responsável posteriormente por patologias do trabalho e agravos no comportamento social. A fala de alguns policiais deixa escapar um sentimento de culpabilização e pesar por não conseguirem dar conta das atribuições do cargo e seus compromissos sociais e familiares. Observa-se nas respostas dos entrevistados que além da mobilização do corpo o trabalho envolve a inteligência e os afetos dos trabalhadores, como mencionado por Sartori e Souza (2018) sendo capaz de "operar processo mutatório no sujeito e uma permanente recriação subjetiva concomitantemente geradora de sofrimento e prazer."

"Ser policial militar não é uma profissão qualquer, não é para qualquer um! Enquanto a maior parte das pessoas está em casa, descansando, se divertindo, comemorando datas festivas: Natal, Ano Novo, Páscoa ou ainda os feriados ou ainda enquanto todos estão em casa a noite, com suas famílias, seus filhos, esposas, os policiais, em geral, estão trabalhando. E estes momentos longe de casa não voltam nunca mais! São lembranças que seus filhos não terão. Serão fotos de família nas quais você não estará. O tempo ausente dos filhos, uma noite de descanso junto à esposa e parentes, isso se vai e não volta mais. (E12)."

Por se fundamentar em uma cultura predominantemente de masculinidade hegemônica (LANGAN; SANDERS; GOUWELLOS, 2018) o afeto às relações familiares entre as policiais femininas parece exercer maior influência, como expressa E6: "Convivia pouco com meus filhos. Não os vi crescerem, mas nem por isso eu deixava de mostrar a eles que eu era a mãe deles e estava ali. (...) Sinto que perdi muito do convívio com eles, mas hoje eu me dedico apenas a servi-los." Langan, Sanders e Gouweloos (2018) atentam que não é apenas



pelo fato do trabalho policial ser geralmente organizado em torno da noção de um trabalhador ideal masculino, mas pelo fato da função militar se localizar em oposição a aspectos como feminilidade, emocionalidade e vulnerabilidade, o que leva as mulheres a enfrentar uma série de barreiras estruturais e culturais para se enquadrarem nos preceitos dessas instituições.

Em se tratando de reconhecimento percebeu-se que os policiais entrevistados têm preocupação com a questão do julgamento social feito à profissão. Essa situação guarda conexão direta com a ineficácia do processo de sublimação em decorrência da paralisia da conversão do sofrimento em prazer e que, segundo Dejours (1992), leva ao acúmulo e à descompensação psicossomática. Exemplo de ressentimentos podem ser notados na fala de E2, ao mencionar que “Ninguém se lembra do policial, você só lembra quando tem problemas. A sociedade não conhece o real valor que o policial tem. Nós somos seres humanos, queremos ser respeitados pelo que fazemos.” Observou-se que entre os policiais entrevistados há frustração e ressentimento pelo estigma atribuído à profissão, como identificado por Karaffa e Kosch, (2016). Turte-Cavadinha (2016, p. 104) comenta que a busca pelo reconhecimento social tem relação com construção identitária dos policiais, que “é influenciada negativamente pela estigmatização das atividades realizadas”.

Os resultados auferidos, tal qual apontado por Minayo, Souza e Constantino (2007), confirmam que as situações de risco, de fato vividas e aquelas percebidas penetram, não apenas no ambiente de trabalho, mas, também, no mundo psíquico e social dos policiais, forçando-os a se manterem alertas e mobilizados, mesmo fora dos horários de trabalho, o que lhes atribui pressões extras. O trabalho, afirmam Ferreira, Macêdo e Martins (2015, p. 35), “não acaba quando a pessoa sai do local de trabalho, ele coloniza toda a subjetividade”.

Como observado nos aspectos que perfazem a organização do trabalho militar verifica-se que a profissão policial é carregada de tarefas não prescritas e de condições precárias de trabalho. Os esforços despendidos para o cumprimento das atividades exigem o desenvolvimento de habilidades que permitam pensar e agir com rapidez, preservando a ordem social e antevendo ameaças e riscos à sua integridade e à de outro cidadão. Essa mobilização gera tensões que comprometem as dimensões físicas, psíquicas e sociais dos policiais.

6 Considerações Finais

Ao buscar identificar os agravos físicos e sociais da organização do trabalho da Polícia Militar do Distrito Federal em policiais integrantes dessa corporação, à luz da Psicodinâmica do Trabalho, apurou-se que o contexto e a própria natureza do trabalho suscitam grandes dificuldades e potenciais desencadeadores de adoecimento. Ademais o descomedimento do trabalho, verifica-se limitações quanto as condições físicas e estruturais da corporação, a impotência frente o rigor e pressão da hierarquia militar e o hiato entre o trabalho real e o prescrito. Jornadas excessivas de trabalho, alto grau de esforço físico, trabalho noturno, exposição às mais diferentes variações climáticas foram apresentados como fatores expressivos para o acometimento de doenças como a sinusite, dores de coluna, alcoolismo, distúrbios do sono e fadiga. Essas limitações parecem funcionar como fatores preditores de adoecimento e potenciais desencadeadores de sofrimentos advindos do trabalho.

Em relação às implicações da organização do trabalho nas relações sociais identificou-se um sentimento de culpabilização pela incapacidade de cumprir as demandas institucionais, sociais e familiares ao mesmo tempo. Esse processo foi maior identificado entre as policiais femininas, dado a "masculinidade hegemônica" instituída nessas organizações. Ainda no campo das relações sociais verificou-se a carência de reconhecimento



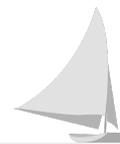
dos policiais por parte da sociedade, exprimindo sentimento de frustração, desprezo e estigmatização da profissão.

Faz-se necessário encontrar formas institucionais de canalização e tratamento dos ônus ligados à profissão policial militar. As dinâmicas que se desenvolvem na profissão devem ser alvos de medidas organizacionais que permitam traçar estratégias gerenciais de prevenção ao adoecimento. O enfrentamento institucionalizado aos fatores de risco e exposição à violência relacionada ao trabalho policial pode trazer melhorias diretas na vida dos policiais militares e na melhoria dos serviços de segurança pública.

Entre as limitações deste estudo destaca-se a restrição ao trato dos agravos físicos e sociais e o não aprofundamento nas implicações psicológicas da organização do trabalho. Tal fato abre oportunidade para novos estudos que possam contemplar aspectos como alcoolismo, depressão, ideação suicida ou a subjetivação do trabalho policial em mulheres.

Referências

- ANJOS, F. B. dos. Organização do Trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, A. (Org.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 267-273.
- BARCELLOS, J. A. P. de. **As condições e a organização de trabalho dos policiais militares que executam o policiamento ostensivo: um estudo de caso na Brigada Militar em Porto Alegre/RS**, 1999. p. 96. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BATITUCCI, E. C. A polícia em transição: o modelo profissional burocrático de policiamento e hipóteses sobre os limites da profissionalização das polícias brasileiras. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 1, jan./fev./mar. 2011, p. 65-96.
- BEZERRA, C. de M.; MINAYO, M. C. de S.; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2013, vol.18, n.3, pp. 657-666
- BRITO E., DARONCO, L. S. E. Capacidade para o trabalho e sua relação com desvios posturais de policiais da cidade de Santa Maria. **R. Persp. Ci. e Saúde** 2018;3(1):98-107
- CASTRO, M. C. d'A. de., CRUZ, R. M. Prevalência de transtornos mentais e percepção de suporte familiar em policiais civis. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 35, n. 2, 2015, 271-289 p.
- CHOPKO, B. A.; PALMIERI, P. A.; FACEMIRE, V. C. Prevalence and predictors of suicidal ideation among U.S. law enforcement officers. **Journal of Police and Criminal Psychology**, v. 29, n. 1, p. 1-9, 2014.
- CUMMINS, I.; KING, M. Drowning in here in his bloody sea: exploring TV cop drama's representations of the impact of stress in modern policing. **Policing and Society**, v. 27, n. 8, 2015, 832-846 p. DOI: 10.1080/10439463.2015.1112387.
- CUNHA, A. M. S.; GHIZONI, L. D. Narrativas do sofrimento do trabalho de um policial militar afastado. **Comunicação & Inovação**. v. 19, n. 39, 2018, 132-147 p.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.
- DEJOURS C, BÈGUE F. **Suicídio e trabalho: o que fazer?** Sobradinho (DF): Paralelo 15; 2010
- DEJOURS, C.; DUARTE, A. La souffrance au travail: révélateur des transformations de la société française. **Modern & Contemporary France**, 2018.



- ELLIOTT, J. L.; LAU, S. B. Blood pressure, sleep quality and fatigue in shift working police officers: effects of a twelve hour roster system on cardiovascular and sleep health. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v.13, n.2, 2016.
- FARIA, R. M. O. de; LEITE, I. C. G.; SILVA, G. A. da. organização do trabalho e impacto na relação trabalho e saúde. **Rev. Bahiana de Saúde Pública**. v. 41, n. 4, 2017, 843-861 p.
- FERREIRA, J. B.; MACÊDO, K. B.; MARTINS, S. R. Real do trabalho, sublimação e subjetivação. In: MONTEIRO, Janine Kieling; VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia (org.) **Trabalho & prazer: teoria, pesquisas e prática**. Curitiba: Juruá, 2015. p. 33-49
- GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida: Ideias e Letras, 2007. 344 p.
- _____. Vivre dans une société paradoxante. **Nouvelle revue de psychosociologie**, V. 2, N. 24, 2017. 27-40 P.
- KARAFFA, K. e KOCH, J. M. Stigma, Pluralistic Ignorance, and Attitudes Toward Seeking Mental Health Services Among Police Officers. **Criminal Justice and Behavior**. v. 43, n. 6, 2016, 759-777 p.
- LANGAN, D.; SANDERS, C. B; GOUWELLOOS, J. Policing women's bodies: pregnancy, embodiment, and gender relations in Canadian police work. **Feminist Criminology**, v. 1, n. 22, 2018. doi: 10.1177 / 1557085118763083
- LIMA, R. K. de. Políticas de segurança pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas. In: ZAVERUCHA, J. **Políticas de Segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais**. Recife: Massangana, 2002, p. 199-219.
- MACHADO, L. de S.; MACEDO, K. B. Análise bibliométrica dos estudos em clínica psicodinâmica do trabalho. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 16, n. 1, p. 9-23, abr. 2016.
- MAGALHÃES, I; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 260 p. 2017.
- MENDES, A. M. (Org.) **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas**. Coleção Trabalho Humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- MINAYO, M. C de S.; SOUZA, E. R. de; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. **Cad. Saúde pública**, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, 2007.
- NEFFA, J. C. O trabalho humano e a sua centralidade. **Rev. Ciência do trabalho**, n. 4, 2015.
- RAJARATNAM, S. M. W.; BARGER, L. K.; LOCKLEY, S. W.; et al. Sleep Disorders, Health, and Safety in Police Officers. **JAMA**, v. 306, n. 20, 2011. doi: 10.1001 / jama.2011.1851
- Salimon, M. I., & Siqueira, M. V. S.. Ideologia gerencialista e subjetividade do trabalhador no terceiro setor. **Revista de Administração**, v. 48, n. 4, 2013. 643-657 p. <https://doi.org/10.5700/rausp1111>
- SANTA CATARINA. SSP. **Mapeamento das Fontes de Estresse em Profissionais da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: DIFC/SSP – SENASP/MJ, 2010. 71 p.
- SARTORI, L. F. **Avaliação de Burnout em policiais militares: a relação entre o trabalho e o sofrimento**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Prog. de Pós-graduação em Administração. 2006. 194 p.
- SARTORI, S. D., SOUZA, E. M. de. Entre sofrimento e prazer: vivências no trabalho de intervenção em crises suicidas. **Rev. Eletr. de Administração**, v. 24, n. 2, 2018, 106-134 p.



- SILVA, J. H. R. da. **Estudo sobre o trabalho do policial e suas implicações na saúde mental**. Dissertação (Mestrado) 103 f. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009.
- SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 4, p. 161170, 2008
- SOUZA, E. de; MINAYO, M. C. Sob Fogo Cruzado: vitimização de policiais militares e civis brasileiros. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 7ª ed., 2013, 110- 114 p.
- SPODE, C. B.; MERLO, A. R. C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 3, 2006, 362-370 p.
- TURTE-CAVADINHA, S. **Violências, relações de gênero e poder: efeitos do trabalho sobre subjetividades e saúde mental de policiais militares**. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2016, 341 p.
- VILA, B. J. Impact of long work hours on police officers and the communities they serve. **American Journal of Industrial Medicine**, v. 49, n. 11, 2006, 972-80 p.